

Em memória de Patrice Lumumba, assassinado em 17 de janeiro de 1961

Após uma retumbante vitória nas primeiras eleições de verdade em que o povo congolês participou, Patrice Lumumba tornou-se Primeiro Ministro do Congo de 24 de junho de 1960 até sua derrubada e prisão em 14 de setembro do mesmo ano pelo militar Joseph-Désiré Mobutu e seus partidários. Este último governou o país, primeiro indiretamente e depois de fato desde 1965 até sua derrubada em 1997.

Em 17 de janeiro de 1961, Lumumba, o grande lutador pela independência, justiça social e internacionalismo no Congo, foi torturado e depois executado, juntamente com vários de seus camaradas, por líderes congolese cúmplices das potências ocidentais, assim como pela polícia e militares belgas. Lumumba tinha apenas 35 anos de idade e poderia ter continuado a desempenhar um papel muito importante, tanto em seu país como na África e no mundo.

Como escreveu a jornalista Colette Braeckman: “Patrice Lumumba, primeiro-ministro congolês demitido em setembro, colocado em prisão domiciliar e depois detido em Thysville, foi levado para Katanga em 17 de janeiro de 1961. Cinco horas após sua chegada em solo Katanga, ele foi executado junto com seus dois companheiros Maurice M’Pollo e Robert Okito [1]”.

Entre os líderes congolese diretamente envolvidos no assassinato de Lumumba estava Moses Tshombé, proclamado presidente da província congolese de Katanga, que se separou em 11 de julho de 1960, apenas duas semanas após o início da independência que o Congo ganhou em 30 de junho de 1960. A secessão do Katanga proclamada por Moses Tshombe foi apoiada pela Bélgica e por grandes empresas mineiras privadas belgas

muito presentes nesta parte do Congo (ver abaixo) a fim de desestabilizar o governo do Primeiro Ministro Patrice Lumumba.

Pelo menos cinco policiais e soldados belgas também estavam presentes no momento do assassinato. Joseph-Désiré Mobutu, um dos principais congolezes responsáveis pelo assassinato de Lumumba, não estava presente no dia do assassinato que ocorreu no Leste porque ele estava no Oeste do país, na capital.

A responsabilidade da Bélgica pelo assassinato de Lumumba em janeiro de 1961 foi estabelecida por vários autores, notadamente Ludo De Witte em *The Assassination of Lumumba* e foi objeto dos trabalhos de um comitê parlamentar belga em 2001-2002. (Leia também a entrevista dada por Ludo De Witte à CADTM em 2018 <https://www.cadtm.org/Ludo-de-Witte-Il-faut-changer-les-mentalites-et-decoloniser-completement-l>).

Nesta entrevista, Ludo De Witte simplesmente resumiu as causas do assassinato de Lumumba: “Lumumba foi uma vítima do imperialismo. Na verdade, queríamos continuar o imperialismo no Congo, para substituir um sistema colonial por um sistema neocolonial. Um sistema onde haveria negros, congolezes, que seriam políticos e ministros, mas, nos bastidores, ainda seriam as potências ocidentais e suas grandes corporações que dominariam o país. Este é o neocolonialismo contra o qual Lumumba queria lutar e é por isso que ele foi assassinado”.

Vale a pena ler o discurso do Primeiro Ministro da República do Congo, Patrice Lumumba, a Baldwin, Rei dos Belgas. Em seu discurso, Baldwin declarou: “A independência do Congo é o auge do trabalho concebido pelo gênio do Rei Leopoldo II, realizado por ele com tenaz coragem e continuado com perseverança pela Bélgica”.

Durante a proclamação da independência do Congo em 30 de junho de 1960, o Primeiro Ministro do Congo, Patrice Emery Lumumba, faz um discurso memorável. Sua versão escrita é a seguinte, a

partir do discurso proferido na sede do Parlamento após os do Rei Baudouin e do Presidente Joseph Kasavubu, no dia da proclamação da independência da República Democrática do Congo:

“Congolese e congolese”,

Combatentes pela independência hoje vitoriosos.

Eu os saúdo em nome do governo congolês. A todos vocês, queridos amigos, que lutaram incansavelmente ao nosso lado, peço-lhes que façam deste 30 de junho de 1960, uma data ilustre que terão indelévelmente gravada em seus corações, uma data que terão orgulho de ensinar a seus filhos para que eles, por sua vez, dêem a conhecer a seus filhos e netos a gloriosa história de nossa luta pela liberdade.

Por esta independência do Congo, embora proclamada hoje com o acordo da Bélgica, um país amigo com o qual nos tratamos como iguais, nenhum congolês digno desse nome pode jamais esquecer que foi conquistada pela luta, uma luta de todos os dias, uma luta ardente e idealista, uma luta na qual não poupamos nem nossas forças, nem nossas dificuldades, nem nosso sofrimento, nem nosso sangue.

Desta luta, que foi uma luta de lágrimas, fogo e sangue, estamos orgulhosos até as profundezas do nosso ser, pois foi uma luta nobre e justa, uma luta indispensável para pôr um fim à escravidão humilhante que nos foi imposta pela força. E esse foi nosso destino durante 80 anos de domínio colonialista, por isso nossas feridas ainda são muito recentes e dolorosas para que as apagássemos de nossa memória. Conhecemos o trabalho extenuante, exigido em troca de salários que não nos permitiam comer, nos vestir, nos abrigar decentemente ou educar nossos filhos como entes queridos.

Conhecemos as provocações, os insultos, as surras que tivemos que sofrer de manhã, meio-dia e noite, porque éramos negros.

Quem esquecerá que um negro era tratado como “tú” não porque era um amigo, mas porque o honorável “você” era reservado apenas para os brancos?

Vimos nossas terras serem espoliadas em nome de textos supostamente legais que só reconheciam o direito dos mais fortes. Vimos que a lei nunca foi a mesma para brancos ou negros: acomodação para uns, cruel para outros. Temos visto o sofrimento atroz daqueles que foram ostracizados por suas opiniões políticas ou crenças religiosas; exilados em sua própria pátria, com um destino verdadeiramente pior do que a própria morte.

Vimos que nas cidades havia mansões magníficas para os brancos e barracos em ruínas para os negros, que um negro não era admitido nem nos cinemas, nem nos restaurantes, nem nas chamadas lojas européias; que um negro até mesmo viajava no casco das barcaças, aos pés de um homem branco em sua luxuosa cabine.

Quem esquecerá, finalmente, os pelotões de fuzilamento em que pereceram tantos de nossos irmãos, cujas masmorras foram atiradas brutalmente àqueles que não queriam permanecer sujeitos ao regime de uma justiça de opressão e exploração?

Tudo isso, irmãos, nós sofremos muito. Mas tudo isso também, nós que fomos mandatados pelo voto de seus representantes eleitos para liderar nosso país, nós que sofremos em nossos corpos e em nossos corações com a opressão colonialista, dizemos alto e claro que tudo isso agora acabou. A República do Congo foi proclamada e nosso país está agora nas mãos de seus próprios filhos. Juntos, irmãos, irmãs, começaremos uma nova luta, uma luta sublime que conduzirá nosso país à paz, à prosperidade e à grandeza. Juntos estabeleceremos justiça social e garantiremos que todos recebam sua justa remuneração por seu trabalho. Mostraremos ao mundo o que o homem negro pode fazer quando trabalha em liberdade e faremos do Congo o centro da luz para toda a África. Zelaremos para que as

terras de nossa pátria beneficiem verdadeiramente seus filhos. Revisaremos todas as leis antigas e faremos novas leis que serão justas e nobres.

Poremos um fim à opressão do pensamento livre e garantiremos que todos os cidadãos desfrutem plenamente das liberdades fundamentais previstas na Declaração dos Direitos Humanos.

Aboliremos efetivamente toda discriminação e daremos a todos o devido lugar que sua dignidade humana, seu trabalho e seu compromisso com seu país merecem. Faremos reinar a paz, não a paz das espingardas e baionetas, mas a paz de nossos corações e a boa vontade.

E para isso, caros compatriotas, fiquem certos de que podemos contar não apenas com nossas enormes forças e imensa riqueza, mas também com a ajuda de numerosos países estrangeiros, cuja colaboração aceitaremos desde que seja leal e não procure nos impor uma política de qualquer tipo. Nesta área, a Bélgica, que, finalmente compreendendo o significado da história, não procurou se opor à nossa independência, está pronta para nos conceder sua ajuda e sua amizade, e um tratado para esse fim acaba de ser assinado entre nossos dois países iguais e independentes. Esta cooperação, tenho certeza, será benéfica para ambos os países. De nossa parte, embora permanecendo vigilantes, saberemos respeitar os compromissos livremente consentidos.

Assim, tanto interna quanto externamente, o novo Congo, nossa amada República, que meu governo irá criar, será um país rico, livre e próspero. Mas para que possamos alcançar este objetivo sem demora, peço a todos vocês, legisladores e cidadãos congolezes, que me ajudem com todas as suas forças. Peço a todos vocês que esqueçam as brigas tribais que nos desgastam e que provavelmente nos fazem ser desprezados no exterior.

Peço à minoria parlamentar que ajude meu governo através da

oposição construtiva e que se mantenha estritamente nos trilhos legais e democráticos. Peço a todos vocês que não desistam de qualquer sacrifício para garantir o sucesso de nosso grandioso projeto. Peço-lhes, finalmente, que respeitem incondicionalmente a vida e os bens de seus concidadãos e dos estrangeiros instalados em nosso país. Se a conduta desses estrangeiros deixa muito a desejar, nossa justiça os expulsará rapidamente do território da República: se, por outro lado, sua conduta é boa, eles devem ser deixados em paz, pois também eles estão trabalhando para a prosperidade de nosso país. A independência do Congo marca um passo decisivo para a libertação de todo o continente africano.

Isto é, Majestade, Excelências, Senhoras, Senhores, meus caros compatriotas, meus irmãos de raça, meus irmãos de luta, o que eu queria lhes dizer em nome do governo neste magnífico dia de nossa completa e soberana independência. Nosso governo forte, nacional e popular será a salvação deste país.

Convido todos os cidadãos congolezes, homens, mulheres e crianças, a se lançarem resolutamente ao trabalho a fim de criar uma economia nacional próspera que consagre nossa independência econômica.

Homenagem aos combatentes da liberdade nacional!

Viva a independência e a Unidade Africana!

Viva o Congo independente e soberano!

Lumumba, combatente internacionalista

Antes de se tornar Primeiro Ministro, Lumumba estabeleceu fortes laços com vários movimentos e personalidades anti-imperialistas, pan-africanistas e internacionalistas. Em dezembro de 1958, ele esteve presente na Conferência dos Povos Africanos em Acra. Ele conheceu, entre outros, o antilhano-argelino Frantz Fanon, o ganense Kwame Nkrumah e o camaronês

Félix-Roland Moumié [2]. Ele fez um discurso no qual declarou: “O objetivo fundamental de nosso movimento é a libertação do povo congolês do regime colonialista e de sua independência. Baseamos nossa ação na Declaração Universal dos Direitos Humanos – direitos garantidos a todos os cidadãos da humanidade pela Carta das Nações Unidas – e acreditamos que o Congo, como sociedade humana, tem o direito à condição de povo livre”. Ele concluiu dizendo: “É por isso que gritamos alto com todos os delegados: Abaixo o colonialismo e o imperialismo. Abaixo o racismo e o tribalismo. E viva a nação congolês, viva a África independente”!

No final desta conferência, Lumumba foi nomeado membro permanente do comitê de coordenação, como Said Bouamama lembrou em “Figuras da Revolução Africana” [3]. Lumumba também era próximo de ativistas belgas anticolonialistas e anticapitalistas como Jean Van Lierde, que estava comprometido em apoiar a revolução argelina e que tinha laços estreitos [4] com o semanário *La Gauche* e seu principal animador, Ernest Mandel.

Algumas semanas após a conferência de Acra, Lumumba e seu movimento organizaram uma reunião na capital do Congo belga naquela época para relatar os resultados desta cúpula anticolonialista. Ele reivindicou a independência do Congo diante de mais de 10.000 pessoas. Ele descreveu o objetivo do Movimento Nacional Congolês como “a liquidação do regime colonialista e a exploração do homem pelo homem” [5].

De acordo com o *Le Monde Diplomatique* de fevereiro de 1959, após esta conferência, um motim eclodiu em Léopoldville em 4 de janeiro de 1959. É o que diz o mensal francês: “O ponto de partida dos tumultos está diretamente ligado à Conferência Pan-Africana de Acra. De fato, quando os líderes do Movimento Nacional Congolês, antes de tudo o Presidente do Movimento, Sr. Lumumba, se preparavam para realizar uma reunião pública sobre este assunto, os primeiros tumultos eclodiram. Com a autorização do governador geral belga do Congo, o Sr.

Cornelis, uma delegação de nacionalistas congolezes, liderada pelo Sr. Lumumba, havia visitado Gana em dezembro. E quando ele se preparava para dar um relatório de sua viagem e de seu trabalho, em 4 de janeiro, a polícia ordenou que os oradores e aqueles que tinham vindo ouvi-los se dispersassem” [6].

Deve-se notar que durante 1959, a repressão organizada pela Bélgica colonialista matou dezenas, senão centenas, de pessoas. Um exemplo da extensão da repressão: em outubro de 1959, no congresso nacional do Movimento Nacional do Congo (MNC) em Stanleyville, os policiais dispararam contra a multidão, matando 30 pessoas e ferindo centenas. Lumumba foi preso alguns dias depois, julgado em janeiro de 1960 e condenado a 6 meses de prisão em 21 de janeiro de 1960.

Mas os protestos foram de tal magnitude que em Bruxelas o governo ficou com medo e decidiu soltar o lastro convocando eleições locais nas quais os congolezes foram convidados a participar. Lumumba foi libertado em 26 de janeiro alguns dias após sua condenação. Finalmente, após as eleições locais, foram realizadas eleições gerais em maio de 1960, as primeiras da história do Congo belga. O Movimento Nacional Congolês (MNC) saiu vitorioso e, como resultado, Lumumba foi nomeado Primeiro Ministro.

A seqüência dos acontecimentos que levaram ao golpe contra Lumumba e seu assassinato

Após o discurso da Lumumba em 30 de junho, o governo belga, a monarquia e os chefes das principais empresas belgas presentes no Congo decidiram derrubar Lumumba e provocar a secessão do Katanga, a província mais rica em matérias-primas. Imediatamente os cúmplices congolezes apareceram na pessoa de Moisés Tshombé, proclamaram Presidente do Katanga em 11 de julho de 1960 e depois na pessoa do Presidente Joseph Kasavubu, que demitiu Lumumba em setembro de 1960 sem ter o poder constitucional para fazê-lo, e em Joseph-Désiré Mobutu, que liderou um golpe de Estado alguns dias depois e prendeu

Lumumba quando seus ministros confirmaram sua confiança nele e seu partido era o principal partido no Parlamento. Mobutu, que tinha feito carreira militar durante a colônia e era um ex-jornalista da imprensa pró-colonial congoleza, conseguiu obter um cargo como coronel no novo exército e rapidamente se voltou contra o governo congolês.

Enquanto isso, a Bélgica havia enviado 11.000 soldados para o Congo em julho de 1960 (um número enorme), incluindo 9.000 para o Katanga. Estes 11.000 soldados belgas foram transportados para o Congo em dez dias, precedidos por pára-quedistas especiais. Esta intervenção militar constitui uma verdadeira agressão contra um Estado já independente. Deve-se notar que a Bélgica, membro da OTAN, tinha até os anos 80, na Alemanha Ocidental, uma zona militar super-equipada que se estendia desde a fronteira belga até a Cortina de Ferro. O Estado-Maior General belga tinha à sua disposição um arsenal militar considerável, em parte de origem norte-americana, e a OTAN lhe permitiu implantar aviões, transportes de tropas e até mesmo navios da marinha que bombardeavam posições congolezas no estuário do rio Congo. O governo dos EUA e a CIA também manobrou com a Bélgica, com quem decidiram assassinar Lumumba [7]. A França fez o mesmo. Em um telegrama datado de 26 de agosto de 1960, o diretor da CIA Allen Dulles contou a seus agentes em Leopoldville sobre Lumumba: "Decidimos que sua remoção é nosso objetivo mais importante e que, nas circunstâncias atuais, ele merece uma alta prioridade em nossa ação secreta" [8].

Deve-se notar que em 12 de agosto de 1960, a Bélgica assinou um acordo com Tshombé, reconhecendo de fato a independência do Katanga. As tentativas do governo Lumumba para lidar com esta secessão foram totalmente legítimas, mas foram opostas pelas grandes potências ocidentais.

Apesar de sua prisão por Mobutu, Lumumba não capitulou e permaneceu em contato com aqueles ministros que permaneceram leais a seu compromisso e com seus camaradas. Um governo

clandestino liderado por Antoine Gizenga foi estabelecido em Stanleyville. Lumumba conseguiu escapar de seus carcereiros em 27 de novembro de 1960 e tentou entrar para o governo subterrâneo em Stanleyville, mas foi preso alguns dias depois no caminho. Em janeiro de 1961, como Lumumba ainda era muito popular, Mobutu e as potências ocidentais temiam que uma revolta popular levasse à libertação do líder e decidiram executá-lo. A operação que levou à execução da Lumumba foi diretamente acompanhada e dirigida por belgas sob ordens de Bruxelas. De seus locais de detenção, em 17 de janeiro de 1961, Lumumba, Mpolo e Okito foram levados de avião, pilotados por uma tripulação belga, para Élisabethville, a capital do Katanga, e entregues às autoridades locais. Eles foram então torturados por oficiais do Katanga, incluindo Moïse Tshombé, e por belgas e finalmente fuzilados na mesma noite por soldados sob o comando de um oficial belga.

De acordo com o testemunho do belga Gerard Soete, comissário de polícia então encarregado de criar uma “força policial nacional de katangesa”, os três corpos foram transportados a 220 quilômetros do local de execução e enterrados no chão atrás de um monte de cupins no meio da savana arborizada.

A Agence France Presse, que levou o testemunho deste comissário de polícia belga, relata que três dias depois, os corpos foram novamente movidos para fazê-los desaparecer permanentemente. Gerard Soete alegou ter sido acompanhado por “outro homem branco” e alguns congolezes, quando serraram os corpos dos três mártires antes de dissolvê-los em ácido [9].

Mobutu e Ronald Reagan

O exército belga interveio duas vezes no Congo para ajudar Mobutu e seu regime ditatorial a pôr um fim às ações de resistência das organizações lumumbistas, a primeira vez em novembro de 1964 com a Operação Dragão Vermelho e Dragão Negro, respectivamente em Stanleyville e Paulis. Nesta ocasião, a operação foi realizada conjuntamente pelo exército

belga, o exército de Mobutu, o Estado-Maior do Exército dos EUA e mercenários, incluindo os anticastristas cubanos.

Em um discurso na Assembléia Geral das Nações Unidas em novembro de 1964, Ernesto Che Guevara denunciou esta intervenção. Ele também o denunciou em um discurso em Santiago de Cuba, dizendo: “Hoje, a memória mais presente, mais comovente do que qualquer outra é sem dúvida a do Congo e de Lumumba. Hoje, neste Congo tão distante e tão presente, há uma história que devemos conhecer e uma experiência que deve ser útil para nós. No outro dia, pára-quedistas belgas invadiram a cidade de Stanleyville” (trecho do discurso de Che Guevara em Santiago de Cuba, 30 de novembro de 1964, por ocasião do oitavo aniversário da revolta da cidade liderada por Frank País).

O processo judicial relativo ao assassinato de Lumumba ainda está em andamento na Bélgica

O Judiciário belga ainda não emitiu uma sentença sobre o assassinato de Lumumba. O caso não foi encerrado graças à ação de todos aqueles que querem que seja feita justiça. A família Lumumba continua sua ação para exigir a verdade. Um juiz de investigação belga ainda está encarregado do caso porque o assassinato foi descrito como um crime de guerra para o qual não há um estatuto de limitações. E como aponta o advogado de família Christophe Marchand, citado pela RTBF em 23 de junho de 2011, “os principais patrocinadores estão mortos hoje (...) mas os antigos conselheiros e adidos do gabinete do Ministério das Relações Exteriores ainda estão vivos”.

Sua popularidade foi tão grande sob o regime do ditador Mobutu que em 1966 ele decretou que Patrice Lumumba era um herói nacional. Não contente em derrubá-lo em setembro de 1960 e depois de ser um dos principais organizadores de seu assassinato, ele tentou se apropriar de parte de sua aura. O dia de sua execução, 17 de janeiro, é um feriado público no Congo-Kinshasa.

Em Bruxelas, após anos de ação de ativistas anticolonialistas, o Conselho Municipal de Bruxelas aprovou em 23 de abril de 2018 a criação da Place Patrice-Lumumba, que foi oficialmente inaugurada em 30 de junho do mesmo ano, o 58º aniversário da independência da República Democrática do Congo.

Isto é muito pouco.

Além de dizer a verdade sobre a luta de Lumumba e exigir justiça, o importante é prolongar sua luta e a de todos os homens e mulheres congolezes que lutaram e lutam pelo fim de todas as formas de pilhagem, opressão e exploração.

Por esta razão, o CADTM considera que as autoridades belgas deveriam:

- Reconhecer publicamente e citar todos os delitos e crimes cometidos por Leopoldo II e pelo Reino da Bélgica contra o povo congolês, e dirigir-lhes um pedido oficial de desculpas em conformidade;
- Aprofundar o trabalho de memória, envolvendo os atores envolvidos, tanto no ensino quanto nas atividades de educação popular, passando por espaços institucionais;
- Proceder com a restituição de todos os bens culturais congolezes;
- Apoiar ativamente o questionamento de todos os símbolos colonialistas no espaço público belga;
- Realizar uma auditoria histórica da dívida a fim de realizar reparações financeiras incondicionais e retrocessões dos valores cobrados como resultado da colonização do Congo;
- Agir dentro de organizações multilaterais (Banco Mundial, FMI, Clube de Paris, etc.) para assegurar que seus membros procedam a um cancelamento total e incondicional das dívidas atrozes da República Democrática do Congo;
- Apoiar publicamente qualquer moratória no pagamento da dívida decretada pelo governo congolês para melhorar o

sistema de saúde pública e enfrentar a epidemia de Covid-19 e outras doenças que causam mortes que são totalmente evitáveis se os gastos com saúde pública aumentassem significativamente.

O CADTM apóia os vários coletivos na Bélgica que estão organizando ações na esteira da Black Lives Matter e todos aqueles que estão tomando medidas sobre a questão da memória colonial.

O CADTM apóia o povo congolês enquanto ele enfrenta as conseqüências sanitárias, econômicas e sociais da crise da Covid-19. Apesar dos ditames dos credores e das graves deficiências dos sucessivos governos congolese, que resultam em grave repressão e em uma negação flagrante dos direitos humanos fundamentais, os movimentos sociais congolese estão resistindo. O CADTM apóia estas lutas que visam alcançar a justiça social.